

ANÁLISE DAS MUDANÇAS DO PIBID ENTRE OS ANOS DE 2007 E 2024 NA PERSPECTIVA DE SUA LEGISLAÇÃO

Geovanna Bezerra Favarin¹
Maria Eduarda da Cruz Silva²
Natalia Neves Macedo Deimling³

RESUMO

Esse trabalho compõe um projeto de pesquisa mais amplo e em andamento que tem como um de seus objetivos específicos a análise das mudanças pelas quais o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) passou desde a sua criação até o ano de 2024. Para tanto, utilizamos-nos da técnica de análise documental, contemplando 2 decretos e 14 portarias. Como arcabouço teórico-metodológico, fundamentamos-nos em importantes referenciais que discutem a formação de professores, sob diferentes perspectivas. A análise preliminar dos dados nos permite identificar que os objetivos do Pibid focam no incentivo ao magistério, na melhoria da qualidade da educação básica e no estreitamento da relação universidade-escola. Sobre as atribuições, a ênfase é dada à quantidade de horas de dedicação dos alunos ao Programa, no desempenho acadêmico, na assiduidade e na socialização dos resultados dos trabalhos desenvolvidos em eventos. A partir do ano de 2016, passou a ser permitido que os estudantes bolsistas tenham vínculo empregatício, desde que não seja na mesma Instituição de Ensino Superior (IES) e escola em que o projeto Pibid esteja vinculado. A duração das bolsas dos estudantes varia nos documentos entre 12 e 24 meses, com exceção da recente Portaria n. 90/2024, que coloca a possibilidade de recebimento de bolsa por até 60 meses. Sobre o período do curso em que os alunos poderiam ingressar como bolsistas, as portarias publicadas a partir de 2018 possibilitaram a participação de estudantes matriculados desde o primeiro período do curso. Tais mudanças nos documentos do Pibid refletem, de certa maneira, as mudanças do perfil dos estudantes dos cursos de licenciatura nas IES públicas nos últimos anos, além buscarem, com a extensão do tempo de duração das bolsas e pela permissão de vínculo empregatício, a participação de estudantes trabalhadores nos subprojetos, incentivando a permanência nos cursos de formação de professores.

Palavras-chave: Iniciação à docência, Formação de professores, Licenciatura.

INTRODUÇÃO

A precariedade em que ainda se encontra a formação e o trabalho docente no Brasil, somada à ausência de uma política global de formação e carreira tem justificado, não isoladamente, a desistência de muitos estudantes por essa formação. Certamente, a qualidade

¹ Licencianda em Química na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Campo Mourão. Voluntária de Iniciação Científica (CNPq). Membro do Grupo de Estudos Formação Docente e Práticas Pedagógicas (UTFPR). E-mail: geovannafavarin@alunos.utfpr.edu.br

² Licencianda em Química na Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Campo Mourão. Bolsista de Iniciação Científica (CNPq). Membro do Grupo de Estudos Formação Docente e Práticas Pedagógicas (UTFPR). E-mail: mariasilva.2005@alunos.utfpr.edu.br

³ Orientadora. Professora Associada Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), campus Campo Mourão. Docente do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza (PPGEN) da UTFPR. Doutora em Educação pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). Líder do grupo de estudos Formação Docente e Práticas Pedagógicas da UTFPR. ORCID: <http://orcid.org/0000-0001-8394-3132>. E-mail: natalian@professores.utfpr.edu.br



da educação e a valorização do magistério não dependem, apenas, da formação do professor. Outros elementos têm peso igualmente importante, tais como a valorização social e financeira da profissão, as condições objetivas de trabalho nas escolas, a infraestrutura escolar, as formas de organização do trabalho e as políticas públicas de educação e financiamento. Todavia, esses fatores devem fazer parte de uma política educacional ampla e global, não devendo ser desconsiderados no delineamento de uma política nacional de formação docente.

Dentre os programas que visam, entre outros aspectos, contribuir com a formação docente e com a permanência dos estudantes nos cursos de licenciatura - oferecendo bolsa de fomento -, está o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid) que compõe, juntamente com outros programas e atos normativos, a Política Nacional de Formação Docente. Disposto no âmbito do Ministério da Educação (MEC), da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) e do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) pela Portaria Normativa no. 38, de 12 de dezembro de 2007, e regulamentado pelo Decreto no. 7.219 de 24 de junho de 2010, o Pibid tem como finalidade, entre outros aspectos, fomentar a iniciação à docência, contribuindo para o aperfeiçoamento da formação de professores em nível superior e para a melhoria da qualidade da educação básica (BRASIL, 2010).

São objetivos do Pibid:

I – incentivar a formação de docentes em nível superior para a educação básica; II – contribuir para a valorização do magistério; III – elevar a qualidade da formação inicial de professores nos cursos de licenciatura, promovendo a integração entre educação superior e educação básica; IV – inserir os licenciandos no cotidiano de escolas da rede pública de educação, proporcionando-lhes oportunidades de criação e participação em experiências metodológicas, tecnológicas e práticas docentes de caráter inovador e interdisciplinar que busquem a superação de problemas identificados no processo de ensino-aprendizagem; V – incentivar escolas públicas de educação básica, mobilizando seus professores como coformadores dos futuros docentes e tornando-as protagonistas nos processos de formação inicial para o magistério; VI – contribuir para a articulação entre teoria e prática necessárias à formação dos docentes, elevando a qualidade das ações acadêmicas nos cursos de licenciatura (BRASIL, 2010, p. 04; BRASIL, 2019, s/p).

Como é possível observar, um dos objetivos se refere à integração entre educação básica e superior, um dos fatores que muitos estudiosos colocam como necessário para o desenvolvimento da formação inicial e para a efetivação de uma política global de formação docente. Tal defesa encontra-se também no artigo 43 da Lei n. 9.394/1996, que estabelece a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, dispondo também em seu artigo 62, parágrafo 5º: “A União, o Distrito Federal, os Estados e os Municípios incentivarão a



formação de profissionais do magistério para atuar na educação básica pública mediante programa institucional de bolsa de iniciação à docência a estudantes matriculados em cursos de licenciatura, de graduação plena, nas instituições de educação superior” (BRASIL, 1996, s/p).

Alguns pesquisadores (Marcelo Garcia, 2010; Zeichner, 2010; 2013; Kemmis; Heikkinen, 2011; Marcelo Garcia; Vaillant, 2017; Nóvoa, 2017; Gatti et al, 2019) discutem sobre experiências de inserção profissional docente desenvolvidas em diferentes países, tais como Argentina, Chile, Estados Unidos, Canadá, Inglaterra, entre outros. Essas experiências abarcam programas voltados a estudantes ainda em formação – como é o caso, no Brasil, do Pibid – e aqueles direcionados a professores em seus primeiros anos de atuação profissional, tendo em vista sua transição de estudantes para docentes. O período de inserção ou iniciação à docência e as atividades próprias que o acompanham, bem como a forma de organização e a política que fundamenta tais programas variam muito entre os diferentes países. Todavia, em todos os casos, objetiva-se superar o vazio entre a formação inicial e a prática profissional e a dicotomia entre os conhecimentos adquiridos na universidade e a realidade prática escolar, fatores que, como aponta a literatura, podem dificultar a efetivação de políticas públicas de formação docente.

Segundo Zeichner (2013), no processo de iniciação à docência ou “inserção pré-serviço” busca-se também proporcionar aos estudantes da licenciatura um maior contato com a prática escolar por meio da orientação e acompanhamento de professores universitários e de professores experientes da educação básica, dando a estes últimos o papel de mentores e coformadores de futuros professores. Para o autor, além do contato com a prática profissional, os “espaços híbridos” de formação contribuem (ou deveriam contribuir) para que os estudantes realizem a análise das práticas ocorridas no contexto escolar a partir da formação recebida, como é objetivo do Pibid.

Esse Programa concede bolsas tanto para alunos dos cursos de licenciatura como para coordenadores (professores do ensino superior) e supervisores (professores da educação básica) responsáveis pelo desenvolvimento do projeto, com auxílios para despesas a eles vinculadas.

Assim, considerando o Pibid como programa que integra a Política Nacional de Formação de Professores da Capes, e tendo em vista as modificações que ele tem sofrido desde a sua criação, objetivamos com este trabalho socializar os resultados parciais de um



projeto de pesquisa em andamento que tem como um de seus objetivos específicos analisar as mudanças pelas quais o Pibid passou desde a sua criação, em 2007, até o ano de 2024.

METODOLOGIA

Trata-se de uma pesquisa de abordagem qualitativa que se utiliza do método de análise documental. Segundo Ludke e André (1986), a análise documento consiste em um método de pesquisa qualitativa que implica na análise sistemática de documentos escritos, com objetivo de extrair informações a partir de registros já existentes. Este método é importante pois acessa informações já registradas, fornece um olhar histórico e contextualizado e possibilita o estudo de políticas públicas, desde que o pesquisador considere a confiabilidade dos documentos analisados, a fim de garantir uma interpretação crítica dos dados obtidos (Ludke; André, 1986).

O procedimento utilizado para o processo de análise documental seguiu as seguintes etapas: seleção dos documentos, leitura minuciosa dos documentos e categorização dos dados a partir da síntese das informações. A primeira etapa consistiu no levantamento e seleção dos documentos que tinham como requisito dispor sobre o Pibid. A busca dos documentos foi realizada no site da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes). Com isso, foram selecionados 2 decretos e 14 portarias para análise, publicados entre os anos de 2007 e 2024.

Na segunda etapa foi realizada a leitura minuciosa dos documentos, com o fim de analisar seu conteúdo, categorizá-los por data e identificar os eixos de informação disponibilizados nos decretos e portarias. A partir de então, foi elaborado um quadro-síntese de cada documento, a fim de gerar a tabulação dos dados a partir dos seguintes itens: título, ano de publicação, objetivos do Pibid, atribuições dos alunos bolsistas (direitos e deveres), duração das bolsas e período do curso em que os alunos poderiam/podem ingressar no Programa. Segundo Marconi e Lakatos (2003), a tabulação dos dados contribui para a etapa do processo de pesquisa onde há a organização, categorização e apresentação de dados coletados, a fim de facilitar sua análise e interpretação, apresentados em tabelas e sendo classificados pela divisão em subgrupos e reunidos de forma que possibilite estruturar os dados de maneira compreensível, facilitando sua interpretação e tornando as informações mais acessíveis para análise, verificação e validação das informações coletadas. Trata-se,



portanto, de um processo essencial para garantir que a pesquisa tenha rigor metodológico e resultados confiáveis (Marconi; Lakatos, 2003).

Com base na análise desses dados, apresentamos a seguir os resultados obtidos.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise preliminar dos dados nos permite identificar que os objetivos do Pibid focam, especialmente, no incentivo e valorização do magistério, na melhoria da qualidade da educação básica e no estreitamento da relação entre as universidades e as escolas públicas para o desenvolvimento da formação docente, pouco se alterando ao longo do tempo, com exceção das ênfases na melhoria da aprendizagem nas escolas onde os projetos são desenvolvidos (Brasil, 2010; 2016), na colaboração entre o Pibid e o programa Residência Pedagógica (Brasil, 2018) e na inclusão de experiências com tecnologias digitais (Brasil, 2019) em atividades desenvolvidas nas escolas.

Em relação às atribuições, a ênfase é dada à quantidade de horas de dedicação dos alunos ao Programa – variando de 10h a 30h semanais -, no bom desempenho acadêmicos dos licenciandos, na assiduidade das atividades sob supervisão dos professores da educação básica e da universidade e na apresentação dos resultados parciais e finais dos trabalhos desenvolvidos em seminários de formação docente – organizados ou não pela Capes. A partir do ano de 2016 (Brasil, 2016), passou a ser permitido que os estudantes bolsistas tenham vínculo empregatício, desde que não seja na mesma Instituição de Ensino Superior (IES) e escola em que o projeto Pibid esteja vinculado. Esse dado revela a adaptação sofrida pelo Programa ao novo perfil de estudantes ingressantes das IES públicas brasileiras. Segundo dados disponibilizados no relatório elaborado por Gatti et al. (2019), a maioria dos estudantes dos cursos de licenciatura no Brasil possui renda própria (60,2%), não dependendo da ajuda financeira da família de origem ou de terceiros; ao contrário, são eles que contribuem para o sustento da família. Com isso, temos a maioria de estudantes trabalhadores que, assim como aqueles não possuem vínculo empregatício, podem gozar do direito de participar de um projeto, como bolsistas, para o enriquecimento de sua formação inicial.

A respeito da duração das bolsas, inicialmente o programa propunha 12 meses. A partir de 2010 (Brasil, 2010), o período foi estendido para até 24 meses, com exceção da Portaria n. 46/2016 (Brasil, 2016), que dispôs a duração de 12 meses, prorrogáveis por igual período. Em 2018, o Pibid passou por reformulação, tendo sido regulamentado pela Portaria



Gab. n. 45, de 12 de março de 2018 (BRASIL, 2018), em regime de colaboração, juntamente com o Programa de Residência Pedagógica (PRP), outro programa de complementação de formação proposta pelo Ministério da Educação (MEC) no âmbito da Capes para os cursos de licenciatura. A partir desse ano, com a integração dos dois programas, as bolsas dos estudantes Pibid passaram a ter duração de 18 meses. No ano seguinte, em 2019, foi publicada a Portaria nº 259, de 17 dezembro de 2019 (Brasil, 2019), trazendo novas alterações no regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Pibid no âmbito das instituições de ensino superior. Mais recentemente, com a publicação da Portaria n. 90/2024 (Brasil, 2024), foi colocada a possibilidade de recebimento de bolsa (para o estudante) por até 60 meses, um salto quantitativo em relação às demais portarias analisadas.

Não é possível identificar o número de bolsas atribuídas a cada um dos atores do Pibid por meio da análise documental de seus decretos e portarias, uma vez que esses dados são disponíveis, apenas, nos editais do Programa publicados pela Capes. Segundo dados levantados por Deimling (2014; 2024), o Programa tem tido grande adesão das instituições desde seu surgimento. Em 2007, foram aprovados os projetos institucionais de 23 instituições federais de ensino superior e, no ano de 2009, foram selecionados os projetos de 89 instituições federais e estaduais para o recebimento de bolsas e auxílios. Em 2010, entraram no Pibid mais 31 IES, comunitárias e municipais e, em 2011, 104 instituições tiveram seus projetos habilitados no Pibid. A partir de março de 2014, 284 Instituições de Educação Superior de todo o país passaram a participar do Pibid, desenvolvendo 313 projetos de iniciação à docência em mais de cinco mil escolas públicas de educação básica. Em 2016, o número de bolsas ativas no Programa alcançou o total de 72.057 – 58.055 para alunos de licenciatura, 9.019 para professores da educação básica e 4.983 para professores dos cursos de licenciatura. Dados disponibilizados pelo portal da Capes e anunciados pelo atual Ministro da Educação, Camilo Santana, e pelo presidente da fundação, Mercedes Bustamante, indicavam que o número de bolsas do Pibid e do Programa Residência Pedagógica passariam de 57.682 para 88.963 em 2024, um acréscimo de 54% em relação ao ano anterior. Esses dados evidenciam a amplitude e relevância desse Programa para a formação inicial dos licenciandos e para a formação continuada dos professores envolvidos.

No que diz respeito ao período do curso em que os alunos podem ingressar como bolsistas do Programa, ocorreram mudanças ao longo dos anos. Enquanto a Portaria n. 96/2013 (Brasil, 2013) estabelecia que o aluno deveria ter concluído, pelo menos, o primeiro período do curso, as portarias publicadas a partir de 2018 possibilitaram a participação de



estudantes matriculados desde o primeiro semestre, desde que ainda estivessem na primeira metade do curso (Brasil, 2018a; 2018b) ou concluído, no máximo, 60% da carga horária do curso ao ingressar no Pibid. Tal aspecto, segundo Deimling e Reali (2018), pode tanto contribuir como se apresentar como um empecilho à formação dos estudantes: como contribuição no sentido de aproximar os estudantes da prática profissional desde o início do curso, favorecendo a articulação entre teoria e prática e entre conhecimentos acadêmicos e saberes da experiência ao longo da formação inicial - contrastando com o estágio, no qual o aluno pode iniciar geralmente a partir da segunda metade do curso de licenciatura -; e como empecilho no sentido de, ao inserir o bolsista que acabou de ingressar na licenciatura em sala de aula, gerar insegurança nesse aluno que, por ainda não dispor de uma base sólida de formação (em relação aos conhecimentos específicos e pedagógicos da área de seu curso de licenciatura) para realizar a análise crítica da prática pedagógica, também encontra dificuldades em agir sobre ela. Esse fator precisa ser levado em consideração, a fim de que não seja reforçada uma concepção pragmática de formação docente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos dados analisados, consideramos que as mudanças ocorridas no Pibid ao longo de sua história refletem, de certa forma, as alterações no perfil dos estudantes dos cursos de licenciatura nas IES públicas nos últimos anos, além de buscarem, a partir da extensão do tempo de duração das bolsas e pela permissão de vínculo empregatício, a participação de estudantes trabalhadores em projetos, incentivando, em alguma medida, sua permanência nos cursos de formação de professores.

Entendemos que esse estudo, aliado a outros em andamento no âmbito do mesmo projeto e que visam, de modo geral, identificar os reais impactos do Pibid na formação dos estudantes dos cursos de licenciatura e na atuação pedagógica de seus egressos, hoje professores atuantes na educação básica, pode contribuir para uma análise global das mudanças e dos impactos de um dos principais programas desenvolvidos no âmbito dos cursos de licenciatura do país e que visa, entre outros aspectos, a permanência dos estudantes no ensino superior e a melhoria da qualidade da educação básica. A análise desses impactos contribuirá para que as IES possam reorientar suas ações na formação de futuros professores, bem como aprimorar esse programa no âmbito do Estado e junto à Capes.



Num momento político em que a educação e muitos dos programas e ações de formação que dela fazem parte têm sido novamente retomados e valorizados, entendemos que se fazem imperativos estudos que contribuam para a análise de suas mudanças, possibilidades, limitações e desafios no sentido de fortalecê-los e/ou reformulá-los.

AGRADECIMENTOS

A todos que tornaram possível a realização deste trabalho e a meus pais.

REFERÊNCIAS

Brasil. **Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. DOU de 23/12/1996 - Seção 1, 1996.

Brasil. **Decreto nº 38, de 12 de dezembro de 2007.** Dispõe sobre o Programa de Bolsa Institucional de Iniciação à Docência - PIBID. DOU de 12/12/2007, 2007.

Brasil. **Decreto no. 7.219 de 24 de junho de 2010.** Dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID e dá outras providências. DOU de 25/06/2010 - Seção 1, 2010.

Brasil. **Portaria nº 72, de 09/04/2010.** Dá nova redação a Portaria que dispõe sobre o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID, no âmbito da CAPES. DOU de 12/04/2010, 2010.

Brasil. **Portaria nº 260, de 30 de dezembro de 2010.** Aprova as normas do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – PIBID. DOU - Seção 1 - 03/01/2011, pág. 6, 2011.

Brasil. **Portaria nº 096, de 18 de julho de 2013.** Aprova Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (PIBID). DOU - Seção 1 - 23/07/2013, págs. 11-14, 2013.

Brasil. **Portaria nº 46, de 11 de abril de 2016.** Aprova o Regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. DOU - Seção 1 - 15/04/2016, pág. 16, 2016.

Brasil. **Portaria nº 120, de 22 de julho de 2016.** Altera a Portaria nº 84 de 14 de junho de 2016. DOU - Seção 1 25/07/2016, pág. 392, 2016.

Brasil. **Portaria nº 175, 7 de agosto de 2018a.** Altera o Anexo I da Portaria nº 45, de 12 de março de 2018, que regulamenta a concessão de bolsas e o regime de colaboração no Programa de Residência Pedagógica e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – Pibid. DOU - 09/08/2018, 2018.



Brasil. **Portaria nº 45, de 12 de março de 2018b**. Dispõe sobre a concessão de bolsas e o regime de colaboração no Programa de Residência Pedagógica e no Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). DOU - 15/03/2018, 2018.

Brasil. **Portaria nº 259, 17 de dezembro de 2019**. Dispõe sobre o regulamento do Programa de Residência Pedagógica e do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid). DOU - Seção 1 - 19/12/2019, págs. 111-115, 2019.

Brasil. **Portaria nº 90, de 25 de março de 2024**. Dispõe sobre o regulamento do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência - PIBID. DOU de 26/03/2024 - Seção 1 - págs. 33-36, 2024.

Deimling, Natalia Neves Macedo. Considerações a respeito do Pibid para a formação de professores. **Revista Caderno Pedagógico** - Studies Publicações e Editora LTDA., Curitiba, v.21, n.5, p. 01-25, 2024.

Deimling, Natalia Neves Macedo; Reali, Aline Maria de Medeiros Rodrigues. O PIBID e a formação dos estudantes bolsistas da licenciatura. **Revista Educação em Questão**, Natal, v. 56, n. 48, p. 171-201, abr./jun. 2018.

Deimling, Natalia Neves Macedo. **Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência**: contribuições, limites e desafios para a formação docente. 2014. 323 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2014. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/2351>.

Gatti, Bernardete Angelina; Barreto, Elba Siqueira de Sá; Andre, Marli Eliza Dalmazo Afonso de; Almeida, Patrícia Cristina Albieri de. **Professores do Brasil: novos cenários de formação**. Brasília: UNESCO, 2019.

Kemmis, S.; Heikkinen, H. L. T. **Understanding Professional Development of Teachers within the Theory of Practice Architectures**. Paper presented in European Conference of Educational Research - ECER2011 -, Berlin, Germany, September 14th, 2011.

Ludke, Menga; Ander, Marli Eliza Dalmazo Afonso de. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 1986.

Marconi, Marina de Andrade; Lakatos, Eva Maria. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

Marcelo Garcia, C. O professor iniciante, a prática pedagógica e o sentido da experiência. **Formação Docente**, Belo Horizonte, v. 02, n. 03, p. 11-49, ago./dez, 2010.

Marcelo, Carlos; Vaillant, Denise. Políticas y Programas de Inducción en la Docencia en Latinoamérica. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 47, n. 166, p. 1224-1249, Dec. 2017.

Nóvoa, Antônio. Firmar a posição como professor, afirmar a profissão docente. **Cadernos de Pesquisa** v.47 n.166 p.1106-1133 out./dez. 2017.



Zeichner, K. Repensando as conexões entre a formação na universidade e as experiências de campo na formação de professores em faculdades e universidades. **Educação**, Santa Maria, v. 35, n. 3, p. 479-504, set./dez., 2010.

Zeichner, K. Two Visions of Teaching and Teacher Education for the Twenty-First Century. In: Zhu, X. Zeichner, K. (Eds.) **Preparing Teachers for the 21st Century**. Berlin: Springer, 2013.

